

Empresários aplaudem as decisões

Os empresários de um modo geral — embora com exceções como a de Vidi-gal, da Fiesp — manifesta-ram apoio ao pacote econô-mico. O comércio, particu-larmente, está satisfeito, porque a isenção do impos-to de renda para quem ga-nha até cinco salários míni-mos e a redução da alíquo-ta para os assalariados na faixa de 10 mínimos trarão estímulos às vendas.

Eis a opinião dos princi-pais dirigentes do comércio e da indústria:

Lázaro Mello Brandão — presidente executivo do Grupo Bradesco:

“Apoio as medidas do Governo. A essência delas mostra que o trabalho do Governo está bem definido e bem encaminhado. As mudanças no recolhimento do Imposto de Renda aten-dem ao fluxo de dinheiro do Governo, tirando dos des-contos o caráter de finan-ciamento. A única preocu-pação é com a dívida inter-na, que ainda provocará dores de cabeça, já que o endividamento externo es-tá bem definido e controla-do pelas reservas em cai-xas e pelo aumento das ex-portações”.

Abram Szajman — presi-dente da Federação do Co-mércio do Estado de São Paulo:

“A isenção para até cin-co salários mínimos e a re-ducção do Imposto de Renda para quem ganha até 10 sa-lários mínimos represen-tam benefícios aos consu-midores e ao mercado, re-sultando no crescimento das vendas. O importante é a louvável preocupação quanto a uma melhor dis-tribuição da carga tributá-ria, implícita nas medidas anunciadas”.

Murad Salomão Saad — presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo:

“O pacote econômico, não penalizando as peque-nas e médias empresas, que constituem a grande maioria do comércio lojis-ta, deve trazer os resulta-dos que o Governo e a Na-ção esperam, desde que ele seja cumprido na íntegra, isto é, que o Governo dê a sua cota de sacrifícios, cor-tando despesas supérfluas, conforme declarações até mesmo do Presidente da República”.

Severo Gomes — senador e dono de indústria de co-bertores Parahyba:

“O novo pacote econômi-co contém medidas que correspondem àquilo que o PMDB defendeu em sua campanha, ou seja, comba-ter a inflação e reduzir o déficit público, sabendo de quem tirar estes recursos”.

Guilherme Afiff Domingos — presidente da Associação Comercial de São Paulo e Homem de Vi-são 85:

“Mudaram o papel e as fitinhas. O conteúdo é o mesmo. Um dos pontos críticos que determinaram o adiamento do anúncio do pacote foi o verdadeiro “passa-moleque” nos mu-nicipios representados pela tributação do IOF, um im-posto que não é repartido entre Estados e mu-nicipios, mas desviado in-teegralmente para o Gover-no Federal. O pacote deve-rá produzir Cr\$ 60 trilhões de receitas adicionais, o que equivale a um aumento de 20 por cento sobre a re-ceita tributária do orça-mento de 1986. Não há má-gica capaz de fazer com que uma drenagem de re-cursos dessa magnitude se-ja indolor para a socieda-de”.